

Introdução ao direito partidário brasileiro, de Orides Mezzaroba.

Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

Este livro de Orides Mezzaroba, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, definitivamente consagra o autor como um dos maiores especialistas brasileiros em Direito Partidário, especialmente porque consegue desenvolver uma pesquisa aprofundada não apenas sobre os princípios que regem o papel dos Partidos Políticos no Direito Eleitoral Brasileiro, mas, também, sobre as principais teorias referentes à representação política, numa visão comparada e nacionalmente aplicada. Os capítulos do livro, numa especialíssima coordenação metodológica apresentada no Sumário, articulam as teorias históricas sobre as origens da representação política, os seus fundamentos na sociedade moderna e as suas linhas futuras e prospectivas, inclusive os seus efeitos sobre a evolução do quadro partidário brasileiro.

A principal tese que permeia todo o trabalho procura exatamente demonstrar como as teorias da representação política dos autores clássicos, como Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu, e os autores modernos, mais ligados à teoria do Estado, como Blustschli, Jellineck, Ricardo Schmidt, Radbruch, Heller, Triepel e Hans Kelsen, influíram a formação política e jurídica dos partidos políticos nos regimes democráticos contemporâneos. De qualquer forma, é muito importante ressaltar, neste livro, como essas teorias evoluíram e marcaram o processo de consolidação da Constituição de Weimar, o modelo histórico pioneiro da formação social democrática moderna e, ao mesmo tempo, como o pragmatismo autoritário pode contribuir para a desagregação das políticas representativas.

O trabalho de Orides Mezzaroba, independentemente das linhas analíticas que procuramos demonstrar, tem dois outros especiais méritos, quando identifica a genealogia dos ‘institutos eleitorais modernos, principalmente os partidos políticos e a sua arrumação constitucional nos diferentes países ocidentais. Nesta linha, devemos destacar, por um lado, a formação dos partidos de natureza aberta e “representativa” e, por outro, a formação dos partidos orgânicos. Nesta especial linha analítica, o autor mostra a organização dos partidos monolíticos e classistas, que, de

certa forma, também influíram na discussão dos projetos de mudança e reordenação do Estado e da sociedade no século XX e destaca o pensamento do estudioso italiano Gramsci, que desenvolveu observações especialíssimas sobre a teoria marxista com evidentes efeitos sobre os modelos representativos e os modelos orgânicos de partidos políticos que proliferaram após a 2^a (Segunda) Guerra Mundial.

Neste contexto do pensamento político ocidental, mantendo uma significativa linha de coerência, o autor conseguiu navegar pelas Constituições políticas brasileiras do Império aos nossos dias, não apenas identificando a compressão moderadora e autoritária do processo censitário, como também alcançou significativos níveis de perquirição da influência intelectual das modernas teorias sobre a organização federativa brasileira republicana. Na verdade, o livro consegue conectar elos perdidos entre os diversos períodos de nossa história, mostrando, exatamente, os movimentos de acomodação dos partidos políticos, suas lideranças e seus ideais, visto que dos programas pouco podemos falar. Por estas razões, o livro permite verificar a abordagem do autor sobre o papel dos partidos políticos nos nossos diferentes períodos históricos e, inclusive, os fluxos e refluxos da sua capacidade representativa nos modelos constitucionais autoritários e democráticos.

O autor, que na verdade preparou um estudo de especial utilidade didática, utiliza a mais moderna bibliografia internacional no desenvolvimento do seu trabalho, assim como prestigia os autores brasileiros que estudam o tema da representação política, dos partidos políticos e da organização constitucional, assim como a recuperação histórica dos institutos eleitorais. Este estudo de bases bibliográficas clássicas e modernas, na verdade, permitiu que o autor desenvolvesse um diagnóstico sobre o Estado brasileiro, suas bases representativas e seus projetos de mudança e adaptação partidária, inclusive conforme os projetos em tramitação no Congresso Nacional e suas conexões com os modelos internacionais.

Finalmente, as linhas conclusivas desse livro, intitulado *Introdução ao Direito Partidário Brasileiro*, abrem excelentes perspectivas sobre questões da representação política no Estado democrático brasileiro, ressaltan-

do as novas dimensões do conceito de soberania e dos direitos fundamentais da pessoa humana, permitindo uma articulação coordenada das novas bases da democracia brasileira e uma profunda reflexão sobre as teorias da representação política.

Prof. Dr. Aurélio Wander Bastos